



Assistência estudantil: reflexão sobre os programas implantados na UFMG

Student assistance: reflection on the programs implemented in UFMG

Michely Gonçalves Mota de Souza*

 <https://orcid.org/0000-0002-2954-6619>

Viviane Bernadeth Gandra Brandão**

 <https://orcid.org/0000-0001-5237-4504>

RESUMO

Este artigo apresenta uma discussão teórica e documental, com o objetivo de compreender a Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), especificamente no Campus de Montes Claros-MG, refletindo sobre a Política Pública do Ensino Superior no Brasil, discussão relativa aos programas de assistência estudantil existentes na instituição, bem como algumas caracterizações dos discentes atendidos no período de 2017 a 2021. A trajetória metodológica consistiu em analisar dados dos estudantes atendidos pela Fundação Mendes Pimentel-Fump no período entre 2017 e 2021. A partir da análise dos dados sobre posicionamento dos estudantes em níveis socioeconômicos, sexo (masculino/feminino), cidade de origem e cor/raça, observou-se que no Instituto de Ciências Agrárias a maior parte dos/as estudantes atendidos/as pela fundação estão classificados no nível I, são mulheres, vieram de outros municípios e são autodeclarados/as pardos/as e pretos/as. O estudo identificou ainda as ações desenvolvidas pela instituição, observando as abordagens diante das vulnerabilidades sociais do público discente atendido e a perspectiva de abranger aspectos além das necessidades básicas de moradia e alimentação.

PALAVRAS-CHAVE

Política de Assistência Estudantil; Fundação Mendes Pimentel; Vulnerabilidade Social.

ABSTRACT

This article presents a theoretical and documentary discussion, with the aim of understanding the Student Assistance Policy of the Federal University of Minas Gerais (UFMG), specifically at the Montes Claros-MG Campus, reflecting on the Public Policy of Higher Education in Brazil, related discussion to the student assistance programs existing at the institution, as well as some characterizations of the students served in

*Assistente Social. Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES, Montes Claros, Brasil). Assistente Social na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, Montes Claros, Brasil). E-mail: michely_mota@yahoo.com.br

**Assistente Social. Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC, Belo Horizonte, Brasil). Docente de Serviço Social no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES, Montes Claros, Brasil). E-mail: viviane.gandra1@hotmail.com

DOI 10.22422/temporalis.2024v24n48p386-403



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2024 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

the period from 2017 to 2021. The methodological trajectory consists of analyzing data from students served by the Mendes Pimentel-Fump Foundation in the period between 2017 and 2021. Based on the analysis of the data on the positioning of students in socioeconomic levels, male and female gender, city of origin and color/race, it was observed that at ICA most of the students served by Fump are classified at level I, are women, came from other municipalities and They are self-declared brown and black. The study also collaborates with actions developed by Fump, examining approaches to the social vulnerabilities of the student population served and the perspective of covering aspects beyond the basic needs of housing and food.

KEYWORDS

Student Assistance Policy; Mendes Pimentel Foudation; Social Vulnerability.

Introdução

O presente artigo propõe uma discussão teórica e documental de natureza qualitativa a respeito da Política de Assistência Estudantil no Instituto de Ciências Agrárias (ICA), Campus Montes Claros da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O objetivo foi mapear quais são os programas destinados a estudantes assistidos pela Política de Assistência Estudantil em suas diversas abordagens, apresentando ainda informações sobre como são acompanhados os/as estudantes em vulnerabilidade social no período de 2017 a 2021.

A relevância deste estudo está em problematizar a importância da Política de Assistência Estudantil para a inserção e permanência dos/as estudantes no ICA. Nesse sentido, oferecer visibilidade ao que tem sido alcançado na promoção da igualdade de condições entre esse público. Ressalta-se ainda a possibilidade de oferecer subsídios para o planejamento de ações direcionadas às necessidades dos/as estudantes.

Este trabalho divide-se em três partes. Na primeira, buscou-se refletir sobre a Política Pública do Ensino Superior no Brasil; na segunda discussão, abordou-se a Política de Assistência Estudantil da UFMG em Montes Claros; e na terceira parte, apresenta-se a análise sobre os programas de assistência estudantil destinados aos discentes na instituição pesquisada.

Procedimentos metodológicos

A metodologia utilizada neste artigo baseou-se na pesquisa bibliográfica e documental. Segundo Minayo (2014), cabe ao investigador assim que define seu objeto de pesquisa, realizar uma ampla pesquisa bibliográfica. Essa pesquisa, segundo a autora deve trazer o conhecimento não apenas dos clássicos sobre o tema, mas também o que se tem de atual sobre a discussão. Busca-se, dessa forma, compreender o pensamento de vários autores para que se possa elaborar a síntese da investigação.

Para este estudo, os autores Ball, Braun e Maguire (2016) e Mainardes (2018) fundamentaram a pesquisa bibliográfica na compreensão da trajetória de uma política educacional. Apresenta-se ainda Carvalho (2022) e Brito (2021) embasando a discussão sobre a assistência social e o ensino superior, bem como Camenietzki (2019).

Para se chegar ao conhecimento do objeto investigado, a pesquisa documental tornou-se necessária ao apresentar dados históricos relativos à criação e implantação da Política de Assistência Estudantil no ICA, demonstrando ainda a realização das ações por meio de

editais, regulamentos ou chamadas das atividades ofertadas. Observou-se ainda o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) como legislação a ser analisada, bem como os relatórios de atividades produzidos pela Fundação Mendes Pimentel (Fump) nos anos de 2017 até 2021. Dessa forma, foi necessário que o projeto da pesquisa fosse encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) como pressuposto para as pesquisas que envolvem seres humanos em respeito aos preceitos éticos. Após sua aprovação sob o número do parecer: 5.580.773, em 13 de agosto de 2022, deu-se início à pesquisa.

Delimitou-se o período de análise considerando os últimos cinco anos anteriores ao início da pesquisa, tendo em vista que os cursos ofertados no ICA possuem duração média entre 4 e 5 anos. Dessa forma, abrangeria grande parte da comunidade acadêmica.

Política Pública do Ensino Superior no Brasil

As políticas públicas são elaboradas a partir de demandas da população que buscam no Estado apoio para suas soluções ou enfrentamentos. Lourenço, Gomes e Damiance (2021) afirmam que as políticas públicas não são estáticas, pois se modificam de acordo com a época em que se instala. Dessa forma, as legislações não originam sozinhas as políticas, mas surgem das demandas da população e concretizam-se por meio de políticas públicas.

Ball, Braun e Maguire (2016, p. 13) apresentam o conceito de política não apenas a partir de “textos e coisas (legislação e estratégias nacionais), mas também como processos discursivos”. Apresentam, assim, a perspectiva de que as políticas são feitas pelos sujeitos e objetos dessa política, bem como “é escrita nos corpos e produz posições específicas dos sujeitos” (Ball; Braun; Maguire, 2016, p. 13). Remete ainda à necessária busca da natureza ontológica da política que leva à reflexão sobre o que se tem por trás da política.

Na compreensão de Mainardes (2018, p. 188), a política “e (políticas educacionais) são respostas do Estado (atos do Estado) para buscar atender problemas existentes e demandas da população”. Reafirma a proposta de Ball, Braun e Maguire (2016) de que é necessário questionar: “Para que esta política? Para quem foi formulada? Com quais finalidades? Com base em quais fundamentos?”

Nessa perspectiva, a política educacional voltada para o ensino superior no Brasil esteve ligada desde sua origem às questões econômicas e históricas do país. Estabeleceu-se cursos com características profissionalizantes para atender as necessidades da corte.

O surgimento do ensino superior no país deu-se inicialmente sob a forma de cadeiras que foram sucedidas por cursos, posteriormente por escolas e por faculdades de medicina, direito, engenharia, agronomia etc., todas eminentemente profissionais. Não existiam estudos superiores de humanidades, ciências ou letras (Cacete, 2014, p. 1063).

Cavalcante (2000) relata que a junção de três faculdades originou em 1920, no Rio de Janeiro, a primeira Universidade do país. No entanto, apesar de não possuir uma estrutura universitária, com a criação da primeira universidade, ocorreu a expansão do ensino superior ainda nos moldes do século anterior.

No governo provisório de Getúlio Vargas (1930–1934), ocorre a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, que se propôs à criação de novos cursos. A chamada Reforma Francisco Campos, instituiu o Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931 — Estatutos das Universidades Brasileiras — que, dispõe sobre a organização do ensino superior instituindo o regime universitário. Assim, vinculava em nível superior a formação de professores secundários. Esse decreto impulsionou o surgimento das faculdades de filosofia ou faculdades de filosofia ciências e letras cuja principal função seria preparar professores (Cacete, 2014).

No entanto, Cavalcante (2000) aponta que decorrido décadas, as instituições que ofereciam curso superior pouco mudaram se comparados ao início das primeiras Universidades. Em 1960 já existiam cerca de 31 universidades no país, indicando a expansão do ensino universitário pelo aumento da demanda, mas especialmente para atender a economia que se modificava.

Freitag (2007), em seu estudo sobre a política educacional no governo militar (1965 a 1986), pontua sobre a reestruturação do ensino superior promovendo a entrada seletiva de alunos/as e a pós-graduação. No entanto, critica algumas ações que caracterizaram o período.

A nova legislação universitária introduzida pelos militares visava despolitizar as universidades brasileiras públicas dificultando os vestibulares, introduzindo o jubramento e eliminando os universitários com médias baixas. Ainda para o ensino superior foram introduzidos os cursos de mestrado, doutorado e pós-doutorado, afinando a formação acadêmica e estabelecendo a titulação e a produção (textos e obras publicadas, alunos orientados e aprovados) como critérios para o plano de carreira (e níveis de remuneração) (Freitag, 2007, p. 24).

A educação assume nesse período, ação essencial na reorientação política e econômica do país, voltando-se para as necessidades do desenvolvimento. As medidas tomadas no nível superior visavam ainda à desarticulação do movimento estudantil e expansão do ensino privado. O ensino superior privado destinava-se, portanto, as camadas médias urbanas com menor recurso financeiro e vocação acadêmica, ofertando, por vezes, o ensino superior com menor qualidade (Cacete, 2014).

A reforma universitária ocorrida em 1968 e a reforma do ensino médio em 1971, visavam atender duas demandas da sociedade: a diminuição da busca por curso superior e a profissionalização do ensino médio. A racionalização foi a via proposta pelo governo para diminuir o crescimento de instituições de ensino superior e controlar a ação estudantil (Vieiras; Farias, 2003).

Na década de 1980, com a Constituinte, algumas instituições e associações ligadas ao ensino superior, conseguem se organizar como a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). A União Nacional dos Estudantes (UNE) é reativada impulsionando a luta do movimento estudantil pela democratização do acesso à Universidade pública e a sistematização do apoio aos/as estudantes em vulnerabilidade social (Carvalho, 2022).

Observa-se que o crescente processo de democratização no país levou ao aumento da pressão da comunidade acadêmica pela autonomia na administração universitária e na busca por novo modelo de atuação. A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, previa a “obrigatoriedade de cursos noturnos nas instituições públicas, a regulamentação e institucionalização da educação a distância, a criação dos Institutos Superiores de Educação” (Cavalcante, 2000, p. 12). Isso acarretou o crescimento da oferta do ensino superior a partir da iniciativa privada e na expansão da Educação a Distância (EaD).

Conforme Carvalho (2022, p. 130), no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003–2010) “consolida-se a intenção de democratização do acesso ao ensino superior” sendo adotadas estratégias como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)¹, em 2007, acrescido do sistema ENEM/SISU², políticas de inclusão — ampliadas pela Lei nº 12.711/2012³, bem como do processo de interiorização das IFES”.

Associado a limitações de orçamento, adota-se ainda políticas focalizadas e de curto alcance, como o Programa Universidade para Todos (PROUNI)⁴ e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)⁵, aumentando o acesso à educação superior, mas que não garantem condições de permanência, especialmente de sucesso no mercado de trabalho.

Considera-se ainda como fator de expansão do Ensino Superior, a abertura de concursos para os cargos de docentes e técnicos-administrativos, a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB)⁶, cursos a distância e efetivação de políticas afirmativas de acesso como cotas e assistência estudantil. O conjunto de legislações e programas adotados indicam o avanço nas condições de acesso, porém sem negar seus desafios (Araújo, 2018).

O Ensino Superior brasileiro, historicamente foi considerado como privilégio para uma minoria, tendo em sua trajetória recente evidências de mudanças referentes a formas de acesso mais democráticas. Nota-se que essa modalidade de ensino é espaço de disputa

¹ O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Seu principal objetivo foi criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, em nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

² No Sistema de Seleção Unificada (SISU) o Ministério da Educação (MEC) reúne em um sistema eletrônico as vagas ofertadas por instituições públicas de ensino superior e com base na nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) os estudantes são classificados. O SISU tem como base legal a portaria Normativa nº2, de 26 de janeiro de 2010.

³ Lei nº 12.711/2012, chamada Lei de cotas, determina que as instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

⁴ O Programa Universidade para Todos (PROUNI) foi instituído pela Lei nº11.096, de 13 de janeiro de 2005. O PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências.

⁵ O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) instituído pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, é um programa do Ministério da Educação (MEC) que tem como objetivo conceder financiamento a estudantes em cursos superiores não gratuitos, com avaliação positiva Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e ofertados por instituições de educação superior não gratuitas aderentes ao programa.

⁶ Universidade Aberta do Brasil (UAB) é um sistema integrado por universidades públicas com o objetivo de ofertar cursos superiores na modalidade de Educação a Distância.

entre o ensino público e privado, característica do mercado neoliberal, evidenciando que a luta social por educação no país são expressões das relações entre Estado e sociedade.

Dessa forma, as políticas de acesso (ações afirmativas e inclusivas) pressionaram o desenvolvimento da política de assistência estudantil. O público destinado à assistência estudantil são os estudantes de baixa renda. A escassez de recursos tanto para a participação em atividades acadêmicas (livros, eventos) ou acesso à saúde, lazer e informação, são questões enfrentadas por estudantes com menor poder aquisitivo. O apoio aos estudantes se torna essencial considerando que a vulnerabilidade social pode comprometer seu desempenho acadêmico (Vargas, 2008).

Política de Assistência Estudantil da UFMG – Montes Claros

No contexto da redemocratização, a Constituição de 1988 possibilitou a regulamentação da Assistência Social como política de proteção social, permitindo em alguma medida a participação da sociedade na gestão das políticas públicas. O Estado democrático exige o enfrentamento das questões sociais promovendo o acesso dos cidadãos às políticas sociais de caráter distributivo e regulador. Assim, a meritocracia pauta o sistema de proteção social. A Assistência Social, seja como direito social ou como política compensatória tem sua origem na lógica econômica sobrepondo-se à política social (Cohn, 2002).

Carvalho (2022, p. 112) define a Assistência Social como “mediadora das desigualdades estruturais decorrentes da relação entre capital e trabalho”, implicando em forças contraditórias que envolvem as necessidades sociais e a geração do lucro. Ao se tornar uma política pública definida em lei, propõe romper práticas clientelistas e caritativas voltadas ao público em vulnerabilidade social. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) define como vulneráveis socioeconomicamente:

indivíduos e famílias com perda ou fragilidade de vínculos afetivos, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos ou indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (Brasil, 2004, p. 33).

Observa-se que o público da assistência social se assemelha aos/às estudantes aos quais se destinam às ações da assistência estudantil. Ou seja, a vulnerabilidade social é o principal parâmetro para o acesso às políticas ofertadas. No entanto, a Política de Assistência Estudantil no país tem sido tratada como uma política específica da educação, em que se materializa a assistência social. Corroborando essa correlação, Carvalho (2022) analisa a trajetória de construção da Política de Assistência Estudantil identificando que seus objetivos se modificam de acordo com as configurações de cada época.

Ao retrocedermos na história da assistência estudantil brasileira é possível verificar que algumas ações inicialmente adotadas nessa área objetivaram atender demandas da classe média que buscava pela educação superior. Posteriormente, tal política buscou responder às exigências do processo de industrialização do país, tornando-se instrumento a serviço do capitalismo em expansão. Só mais recentemente, com a promulgação das Constituição de 1988,

a assistência estudantil foi concebida como um direito a ser garantido por meio de políticas públicas de permanência a serem implementadas nas instituições públicas de educação (Carvalho, 2022, p. 115).

Em sua pesquisa, Brito (2021) elenca as legislações mais relevantes que ressaltaram em diferentes períodos a necessidade e importância de sistematizar a Assistência Estudantil: Constituição Federal, promulgada em 1988, que aborda o direito de todos à educação; a LDB (1996), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e propõe a igualdade de acesso e a permanência nas instituições de ensino; Plano Nacional de Educação (PNE) 2001, Programa Expandir 2003, que teve como propósito expandir e democratizar o ensino superior público federal; Universidade para Todos (ProUni) em 2004, ofertando bolsas de estudo, integrais e parciais, em instituições particulares de educação superior; e em 2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) com propostas de ampliação de acesso e a manutenção dos/as alunos/as nos cursos superiores.

Como atores relevantes no processo de implantação da Política de Assistência Estudantil destaca-se, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) e a União Nacional do Estudantes (UNE). As entidades buscavam de diferentes maneiras a defesa da universidade pública e gratuita, na perspectiva de um projeto democrático e de ensino de qualidade (Carvalho, 2022).

O FONAPRACE propõe a partir das legislações existentes e pelos levantamentos realizados em pesquisas sobre o Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras, realizadas em 1996–1997 e 2003–2004, a criação de um Plano Nacional de Assistência. Essa proposta resulta no Programa Nacional de Assistência Estudantil⁷ (PNAES), Decreto nº 7.234 (Brito, 2021).

Implementada como instrução normativa em 2007 e posteriormente promulgada como decreto em 2010, o Programa de Assistência Estudantil transforma-se em política de Estado (Política Nacional de Assistência Estudantil-PNAES), visando à “garantia” da “ampliação” de permanência dos discentes que não possuem condições concretas de se manterem nessas IFES, tendo como objetivo a democratização da permanência dos estudantes “jovens”, “minimizando” as causas que contribuem para a desigualdade das relações sociais. A consequência dessas ações equivaleria à baixa das evasões e retenções nas IFES (Gazotto, 2019, p. 129)

O PNAES busca regulamentar as ações de assistência estudantil desenvolvidas nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF). Tem como objetivo final possibilitar ao/à estudante concluir sua graduação. Suas ações propõem a democratização das condições de permanência, minimizar os efeitos das desigualdades, reduzir a retenção e evasão no ensino superior e contribuir para a inclusão social (Brasil, 2010).

Devido a diversidades regionais, o PNAES define que cada instituição federal de ensino superior estabeleça seus próprios critérios e metodologia de seleção dos/as alunos/as de graduação a serem beneficiados/as. Determinou-se as áreas em que as ações deveriam

⁷ Em 03 de julho de 2024 foi publicada a nova Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) através da Lei nº 14.914/2024.

ocorrer: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (Brasil, 2010).

Na UFMG, a execução dos programas relacionados à Política de Assistência Estudantil, acontece através da Fundação Mendes Pimentel (FUMP) em parceria com a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE). A PRAE foi criada em 2014, com a responsabilidade de elaborar, coordenar e avaliar políticas que contribuam para a permanência e o percurso acadêmico de estudantes.

A FUMP é uma fundação de direito privado, com estrutura de gestão composta por três conselhos (Curador, Diretor e Fiscal), controlada pelo Conselho Universitário da UFMG e fiscalizada pelo Ministério da Justiça e pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por meio da Promotoria de Tutela de Fundações. Os programas ofertados pela FUMP são destinados aos estudantes de graduação de cursos presenciais da Universidade, regularmente matriculados e frequentes, que necessitam de algum apoio para sua permanência na Universidade mediante análise socioeconômica. Os recursos para o desenvolvimento dos programas da FUMP são provenientes do PNAES, por recursos próprios do orçamento da Universidade e da própria Fundação⁸.

O acesso de análise socioeconômica aos programas de Assistência Estudantil da UFMG ocorre desde 2017 pelo portal da FUMP. O/A estudante preenche o questionário socioeconômico e visualiza uma lista de documentos que deve anexar ao próprio portal na “área do aluno”. Os documentos, após avaliados, têm seu resultado encaminhado ao/a aluno/a por e-mail. Ocorre, após essa primeira avaliação, o agendamento de uma entrevista com um/a assistente social ou até mesmo visita domiciliar, se necessário.

O PNAES preconiza que devem ser atendidos/as prioritariamente estudantes oriundos/as da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio. No entanto, nessa análise não são considerados apenas a renda, mas também indicadores sociais, econômicos e culturais de contexto familiar. Essas informações em conjunto embasam a análise do/da profissional assistente social para a identificação da vulnerabilidade social do/a estudante e classificação em níveis I, II, III e IV-A e IV-B. A partir dessa classificação se estabelece em quais programas o/a estudante deve ser atendido/a.

No Instituto de Ciências Agrárias (ICA), Campus Montes Claros da UFMG, o processo de avaliação socioeconômica não difere do executado em Belo Horizonte. A sede administrativa da FUMP na cidade possui equipe técnica para atendimento constituída por assistente social e psicólogo, bem como outros profissionais que atuam na gestão da unidade e administração da moradia estudantil e restaurante universitário.

A Política de Assistência Estudantil surge a partir de um contexto de democratização da educação e de contrarreforma universitária voltada à expansão e ao aumento do

⁸ As informações sobre as atividades desenvolvidas pela FUMP e suas demonstrações contábeis são publicizadas anualmente nas redes sociais da instituição. Disponível em: <https://www.fump.ufmg.br/conteudo.aspx?pagina=16>.

quantitativo de estudantes, sendo estabelecida na perspectiva do direito, porém encontra seus limites conforme o orçamento destinado.

Análise da Política de Assistência Estudantil da UFMG na prática

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) propõe que as ações desenvolvidas estejam articuladas com as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, a instituição de ensino possui flexibilidade em investir os recursos no desenvolvimento de atividades de acordo com sua realidade, considerando questões sociais e especificidades regionais. Pontua ainda que as necessidades dos discentes atendidos devem ser consideradas ao se estabelecer as ações de assistência estudantil.

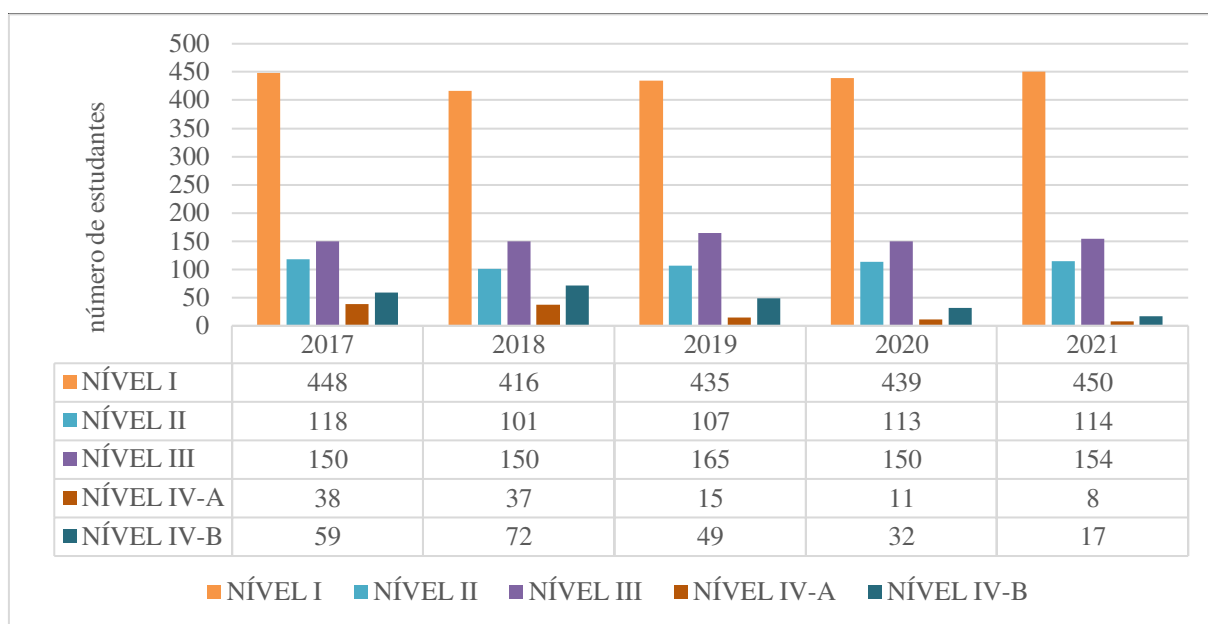
Ball (2016), ao analisar as atuações das políticas educacionais ressalta que as condições materiais, os diferentes recursos, bem como os valores e experiências compõem um conjunto de condições objetivas, mas também interpretativas. Dessa forma, pode-se considerar que a flexibilidade do PNAES em relação à forma de atuação da assistência estudantil considera dimensões contextuais, o que explica que a execução da Política de Assistência Estudantil acontece de diferentes formas em cada instituição de ensino.

Considerando que até 2010 as IFES não possuíam um instrumento que regulasse o tema, pode-se afirmar que a assistência estudantil foi tomando contornos próprios dentro das IFES e que, a partir da nova fase do seu amadurecimento, requer consistências instrumentais e teóricas que a coloque no patamar da política e do direito social. Na UFMG observa-se este movimento de novas interpretações acerca do entendimento sobre a assistência estudantil. Atualmente esta concepção se divide entre as ações da assistência prioritária desenvolvida pela FUMP que, marcada historicamente por sua base caritativa, caminha no sentido da superação de ações assistencialistas e, de outro lado, por uma concepção mais ampliada da assistência, tendo como referência as ações da PRAE. Esse movimento é atual e cheio de conflitos, inerente aos processos de evolução de concepções e de práticas sociais (Camenietzki, 2019, p. 113).

Nota-se que a Universidade Federal de Minas Gerais é a única no país que possui uma fundação como executora da Assistência Estudantil. Apresenta ainda um sistema de classificação próprio para definir os critérios e a metodologia de seleção dos/as alunos/as a serem atendidos/as. Não se limita, portanto, apenas ao critério de renda, mas tem este ponto como principal item a ser considerado (Camenietzki, 2019).

O posicionamento conforme avaliação socioeconômica do/a estudante ocorre da seguinte forma: nível I: Estudante de família de baixa renda, com indícios de vulnerabilidade social; nível II: Estudante de família de baixa renda, com algum suporte familiar, porém há risco de retenção ou não conclusão do curso; nível III: Estudante que necessita de apoio para alguns impedimentos que dificultam o desempenho acadêmico; nível IV-A e IV-B: acesso aos Restaurantes Universitários por meio de preços subsidiados (Gráfico 01).

Gráfico 01: Posicionamento de estudantes conforme avaliação socioeconômica da Fump de 2017 a 2021



Fonte: Dados Fundação Mendes Pimentel (2023).

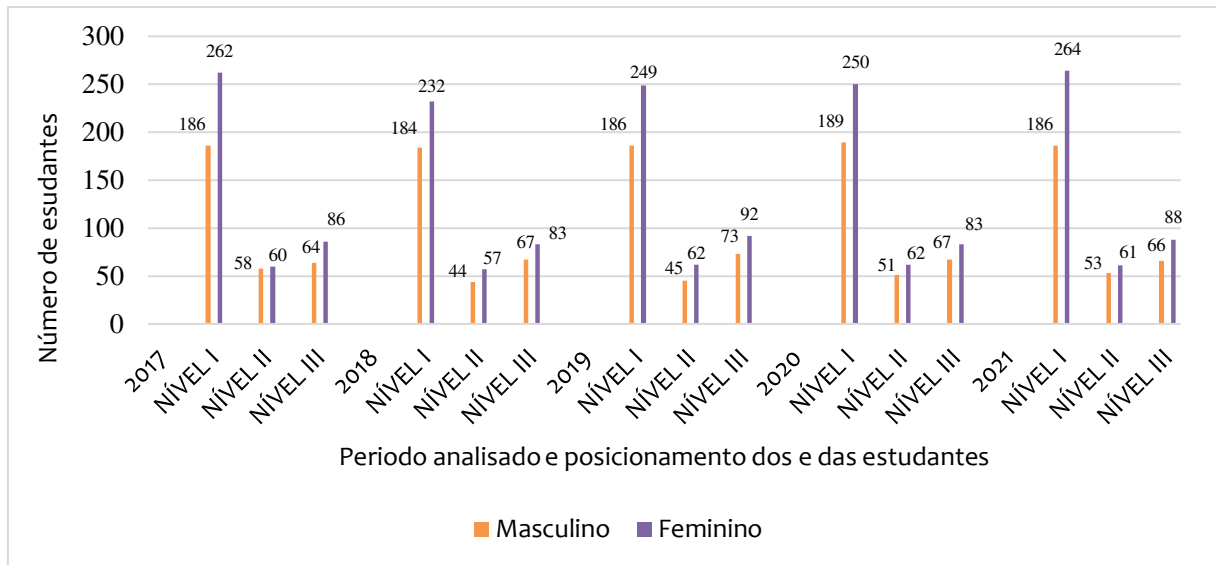
No período do recorte do estudo, entre 2017 e 2021, no Instituto de Ciências Agrárias (ICA) Campus Montes Claros da UFMG, observa-se que a maior parte dos/as estudantes assistidos/as estavam posicionados/as como nível I, II e III conforme a tabela anexa ao Gráfico 1. Desses, os/as estudantes assistidos/as que estavam em vulnerabilidade social tendo o seu posicionamento como nível I, ultrapassaram os 60% durante os anos do estudo.

Observa-se que a maior quantidade de estudantes na classificação nível I evidencia os dados apresentados por Santos e Lira (2023), que apontam um crescimento do público prioritário do PNAES a partir de 2015. Esse crescimento reflete o aumento da entrada de novos/as estudantes por meio do sistema de cotas.

Identifica-se ainda na tabela de posicionamento de estudantes anexa ao Gráfico 01 que a quantidade de estudantes atendidos/as pela Fump nos anos de 2017 a 2021 não variou muito em termos quantitativos. A justificativa para a não expansão dos atendimentos se relaciona com a insuficiência de recursos agravados devido à Emenda Constitucional 95/2016 que autorizou o congelamento dos gastos públicos.

Santos e Lira (2023) confirmam essa informação ao apresentarem a evolução do orçamento da assistência estudantil nacional para os/as alunos/as de graduação, apontando o decréscimo do financiamento estudantil a partir de 2017. O declínio em 2017 foi de (-) 1%, seguido em 2018, com decréscimo de (-) 3%. Em 2019, houve um pequeno aumento, o qual volta a cair (-) 3% em 2020. Em 2021, a diminuição do orçamento chega a (-) 21%. Segundo os autores, o valor destinado à assistência estudantil em 2021 equivaleu às médias para financiamento do programa há 7 anos.

Gráfico 02: Posicionamento de 2017 a 2021 em relação ao sexo masculino e feminino

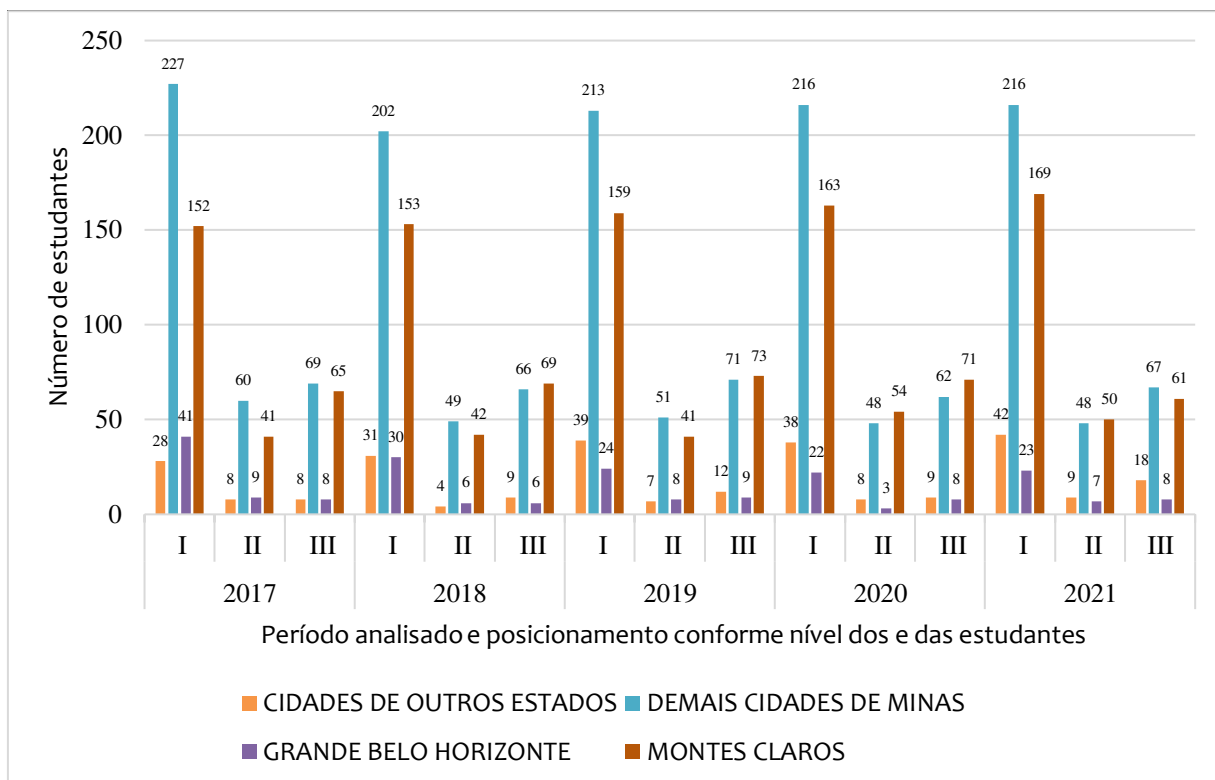


Fonte: Dados Fundação Mendes Pimentel (2023).

Observa-se no Gráfico 02 a predominância no número de mulheres entre a população assistida nos níveis I, II e III, variando entre 6 e 12% a quantidade de mulheres a mais que homens. O Censo da Educação Superior de 2021, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), aponta que há um maior número de mulheres no ensino superior. Ou seja, o número de concluintes do sexo feminino no ano de 2021 totalizou cerca de 61% indicando maior quantidade de mulheres no ensino superior em seu total.

O crescimento da presença feminina no ensino superior não representa a superação das relações desiguais de gênero. No entanto, pode indicar que a Política de Assistência Estudantil tem contribuído para sua permanência ofertando programas que atendam às suas necessidades ainda que de forma não específica para as estudantes do sexo feminino.

Gráfico 03: Posicionamento de estudantes conforme avaliação socioeconômica da Fump de 2017 a 2021 quanto à origem.



Fonte: Dados Fundação Mendes Pimentel (2023).

O Gráfico 03 retrata a origem dos estudantes quanto à cidade de moradia antes do ingresso no ICA/UFMG. Nota-se a predominância de estudantes oriundos de outros municípios, incluindo cidades de outros Estados, além de Minas Gerais. Observa-se a mobilidade estudantil entendida como o processo de deslocamento temporário ou definitivo do estudante para outra cidade atraído por diversos fatores.

Os pesquisadores Pelegrine, Sá e França (2020) apontam como fatores associados à mobilidade estudantil a qualidade do ensino ofertado, reputação da instituição de ensino, assistência social ofertada, entre outros. Observam ainda que a migração é resultante do maior acesso ao ensino superior pelas mudanças na forma de seleção do ensino superior brasileiro promovido pelo Enem a partir de 2009 e pelo Sisu iniciado em 2010. Ressaltam ainda que a adoção de políticas de ação afirmativa e a expansão do número de vagas nas universidades federais também contribuíram para o maior ingresso de estudantes em instituições distantes de suas regiões de origem.

Ressalta-se a importância da moradia estudantil nesse aspecto. Em Montes Claros existe a Moradia Cyro Versiani dos Anjos, com 148 vagas para residentes. A residência na moradia estudantil é direcionada aos/as estudantes que se mudam para Montes Claros para estudar no ICA e estão em condição de vulnerabilidade social com posicionamento nos níveis I, II ou III. Os/as estudantes auxiliam mensalmente nos custos de manutenção da moradia por meio da coparticipação da taxa de manutenção condominial. O valor da taxa é definido conforme a classificação do estudante, sendo os/as estudantes de nível I isentos/as de pagamento.

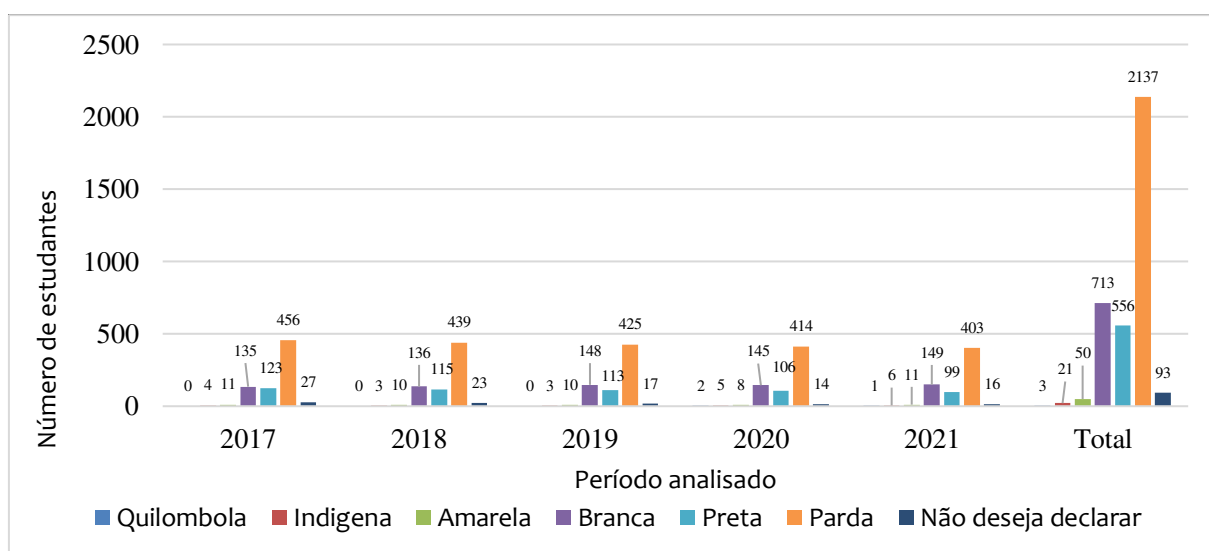
Considerando o público atendido, os recursos do PNAES são ofertados em forma de programas voltados para alimentação nos restaurantes universitários, moradia, assistência

à saúde e auxílio financeiro. A democratização está relacionada às condições de permanência do/a estudante, essencial para seu desempenho acadêmico, uma vez que, de acordo Camenietzki (2019), a oferta apenas de mecanismos de acesso provoca a exclusão dos incluídos.

Em levantamento das chamadas públicas destinadas aos/as estudantes assistidos/as pela FUMP é possível observar a forma como tem ocorrido a implementação das ações que contribuem para a permanência dos/as estudantes, bem como a finalidade dos programas desenvolvidos tendo como parâmetro o PNAES. Os programas ofertados no ICA, são caracterizados pela FUMP como básicos ou complementares. Os programas básicos incluem: alimentação com refeições subsidiadas ou gratuitas com oferta de café da manhã, almoço e jantar; o Programa de Moradia destinado aos/as estudantes de graduação regularmente matriculados/as, frequentes e que não residem em Montes Claros; o Programa Saúde do Estudante (PSE) ofertando atendimento médico, odontológico e dentário, bem como ações educativas em saúde; e os programas de auxílio financeiro que incluem auxílio transporte, auxílio manutenção, auxílio moradia e auxílio a estudantes com filhos. Há ainda bolsas originárias de doações recebidas pela FUMP⁹.

São implantados também os Projetos de Convivência das Moradias Universitárias, que buscam potencializar projetos idealizados pelos/as estudantes financiando atividades voltadas para áreas como promoção da saúde, lazer, esporte e cultura. O objetivo principal é tornar a convivência entre os moradores mais agradável. Na Moradia Universitária Cyro Versiani dos Anjos em Montes Claros, foram desenvolvidos no período do estudo (2017 a 2021) cursos de pinturas em tela, desenvolvimento pessoal, horta, yoga, dança de salão, culinária, cinema integrado, educação física e produção de produtos utilitários¹⁰.

Gráfico 04: Estudantes atendidos/as pela Fump segundo cor/raça



Fonte: Dados Fundação Mendes Pimentel, 2023.

⁹ A descrição e formas de acesso aos auxílios estão disponíveis em: <https://www.fump.ufmg.br/>.

¹⁰ Os projetos de convivência desenvolvidos em Montes Claros encontram-se disponíveis em: <https://www.fump.ufmg.br/conteudo.aspx?pagina=270>

O Gráfico 04 apresenta o quantitativo de estudantes em relação a cor/raça no período de 2017 a 2021. Observa-se que estudantes quilombolas e indígenas constituíram minoria entre os/as estudantes atendidos/as pela Fump nesse período, constituindo menos de 1%. Identifica-se que durante todos esses anos a predominância de estudantes autodeclarados/as de cor parda, seguidos/as pela branca e preta. Somados/as os/as discentes pardos/as e pretos/as, constituíram em todos os anos da pesquisa cerca de 75% de todos/as os/as estudantes atendidos/as pela Política de Assistência Estudantil do ICA.

Em pesquisa realizada pela Andifes (2018), sobre o perfil socioeconômico e cultural dos/as estudantes de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) apontam que a partir de 2003 ocorreu um aumento da participação de pardos/as e pretos/as e uma diminuição dos/as brancos/as. No ano da pesquisa em 2018 identificou-se que os/as brancos/as que antes representavam 59,4% dos/as estudantes, em pesquisa realizada em 2014, passaram a ser 43,3%.

Outro dado importante apontado na pesquisa de âmbito nacional da Andifes (2018) é o predomínio de estudantes pretos/as e pardos/as na faixa de renda *per capita* de até um salário mínimo e meio, representando 57,9% dos/as estudantes matriculados/as nas IFES em todo o país. Observa-se que essa faixa de renda é o público-alvo da Política de Assistência Estudantil apontando este fator como possível explicação para os dados apresentados no Gráfico 04, que apresenta o maior número de estudantes pretos/as e pardos/as acompanhados pela Fump no ICA/UFMG, alvo desta pesquisa.

O estudo apontou ainda que as políticas de ação afirmativa (PAA) nas universidades federais são as responsáveis por essa mudança gradual, tendo como marco a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), de 2007, e da criação de um programa federal de ação afirmativa obrigatório por meio da Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas) (Andifes, 2018).

Os pesquisadores Silva, Santos e Reis (2021) afirmam que ocorreu uma reconfiguração do perfil estudantil universitário brasileiro após a adoção das PAA pelas universidades federais. Ressaltam que quase a metade dos/as estudantes (49,3%) que chegaram aos cursos de graduação da UFMG no primeiro período letivo de 2018 eram negros/as. Avaliam que esse aumento se deu em meio a desafios orçamentários, período em a UFMG sofreu corte financeiro de cerca de 7,5%.

A essa ampliação do ingresso de estudantes negros e negras de baixa renda se dá, entretanto, em um cenário sociopolítico de gestão autoritária, negacionista e neoliberal, a qual promove, ao longo dos anos, sistematicamente, cortes bastante drásticos nos recursos destinados ao PNAES. Cabe ressaltar que esse plano é hoje a principal fonte financeira de manutenção das Políticas de Assistência Estudantil desenvolvidas nas instituições (Silva; Santos; Reis, 2021, p. 14).

Analisando o perfil de classe, raça/cor e gênero dos/as estudantes pesquisados/as observa-se a intersecção entre fatores de reprodução das desigualdades sociais. Ao identificar que a maior parte dos e das estudantes analisados/as no período da pesquisa estão posicionados no nível I, com maior vulnerabilidade social e são mulheres pretas ou pardas, é possível reconhecer condições estruturais. A permanência desses/as estudantes se

relaciona com a assistência estudantil ao propor ações que reconheçam os enfrentamentos a questões sociais relacionadas à classe, raça/cor e gênero.

A expansão do ensino superior possibilitou a identificação de um perfil discente diferente do perfil elitista que historicamente ocupava a universidade. Não se pode afirmar, no entanto, que a democratização deste nível de ensino já se efetivou por completo ao se considerar fatores de exclusão do/a estudante ao longo da sua trajetória acadêmica.

Considerações Finais

O presente artigo apresentou a partir de fontes bibliográficas e documentais como se deu o processo histórico de implantação da Política de Assistência Estudantil no Instituto de Ciências Agrárias (ICA), Campus Montes Claros da UFMG. Buscou ainda identificar a finalidade dessa política ora assemelhando-se à Política de Assistência Social, ora voltada à possibilidade de autonomia do/a estudante por ela assistido/a.

A trajetória da educação superior brasileira é marcada pela influência da economia no país e no exterior, determinando a oferta de cursos a partir da mão de obra necessária. A racionalização de gastos na educação pública e o incentivo de oferta ao crescimento da educação superior privada marcaram as legislações e políticas educacionais no país.

A democratização no Brasil e a Constituição de 1988 possibilitaram o fortalecimento de entidades (como FOPRACE e UNE) que buscaram por meio de estudos e articulações políticas demonstrar as necessárias mudanças investindo no ensino superior público de qualidade. Nessa perspectiva, e considerando a expansão de acesso a vagas nas universidades, a política de Assistência Estudantil é legitimada por meio do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, criando o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), destinando recursos e diretrizes para estratégias voltadas à permanência dos estudantes em vulnerabilidade social nas universidades.

Na UFMG, a assistência estudantil é executada pela Fundação Mendes Pimentel (FUMP) e orientada pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) promovendo a análise socioeconômica dos/as estudantes e possibilitando o acesso aos programas ofertados. Nessa análise se considera ainda outras questões sociais e culturais do grupo familiar. Identificou-se a intersecção dos fatores classe, raça/cor e gênero, considerando que a maior parte dos/as estudantes atendidos/as pela FUMP classificados no nível I, são mulheres, vieram de outros municípios e são autodeclarados/as pardos/as e pretos/as.

A partir das ações realizadas pela FUMP, é possível identificar que a assistência estudantil ofertada não se limita à assistência social ao possibilitar a abordagem de variadas formas de vulnerabilidade. A visão focalizada da assistência estudantil voltada apenas para a permanência do estudante na Universidade, tem sido gradativamente desconstruída inserindo outros aspectos que superam as necessidades básicas de moradia e alimentação.

Referências

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **V Pesquisa nacional do perfil socioeconômico e cultural dos (as) graduandos(as) das IFES – 2018**. Brasília, DF: FONAPRACE, 2019. Disponível em:

<https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2023, às 10h.

ARAÚJO, Helena de Lima Marinho Rodrigues. Educação superior e política pública de assistência estudantil no Brasil. **Revista Contrapontos**, Itajaí, v. 19, n 4, jul./dez. 2018. DOI 10.14210/contrapontos.v18n4.p307-320. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rc/article/view/13026>. Acesso em: 10 maio 2023, às 16h.

BALL, Stephen J.; BRAUN, Annette; MAGUIRE, Meg. **Como as escolas fazem políticas: atuação em escolas secundárias**. Paraná: UEPG, 2016.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 jul. 2010.

BRASIL. Ministério do desenvolvimento Social e Combate à fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004: Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília – DF, nov. 2005. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 11 maio 2023, às 8h.

BRITO, Eugênio Nunes Silva. **Análise da efetividade do Programa Nacional de Assistência Estudantil: o caso da UFVJM**. 2021. 290 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2021.

CACETE, Núria Hanglei. Breve História do Ensino Superior Brasileiro e da Formação de Professores para a Escola Secundária. **Educação e Pesquisa: Revista da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo**, v. 40, n. 4, p. 1061–76, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/Q7PJ3QqNzCPKWksfZx9PZCc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 maio 2023, às 12h.

CAMENIETZKI, Carolina Poswar de Araújo. **Interfaces entre a assistência estudantil e a assistência social: a concepção de assistência em construção na UFMG**. 2019. 151 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/25001>. Acesso em: 18 maio 2023, às 10h.

CARVALHO, Doracy Dias Aguiar. **Participação democrática discente na gestão da assistência estudantil das IFES brasileiras: limites e desafios**. 2022. 382 f. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/44050/1/2022_DoracyDiasAguiardeCarvalho.pdf. Acesso em: 10 maio 2023, às 11h.

CAVALCANTE, Joseneide F. **Educação superior: conceitos, definições e classificações**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000. Disponível em: <https://livros01.livrosgratis.com.br/me000095.pdf>. Acesso em: 10 maio 2023, às 22h.

COHN, Amélia. Mudanças econômicas e políticas de saúde no Brasil. In: LAURELL, Asa Cristina (org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. 7. ed. São Paulo: Centauro, 2007.

FUNDAÇÃO MENDES PIMENTEL (FUMP). **Dados internos dos estudantes assistidos no Institutos de Ciências Agrárias**. UFMG, 2023.

GAZOTTO, Mireille Alves. **O trabalho do(a) Assistente Social na Assistência Estudantil: produção do conhecimento nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social da região Sudeste do Brasil**. 2019. 248 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista. Franca. Disponível em:

https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/182442/Gazotto_MA_te_fran.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 12 maio 2023, às 12h.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior 2021: divulgação de resultados**. Nov. 2022. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2021/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf. Acesso em 20 maio 2023, às 13h.

LOURENÇO, Flávia O. de A.; GOMES, Fernanda G.; DAMIANCE, Patrícia R. M. Políticas públicas educacionais e democracia no cenário político brasileiro. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 25, n. esp. 4, p. 1931–41, 2021. DOI 10.22633/rpge.v25iesp.4.15932. Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/15932>. Acesso em: 9 maio 2023, às 17h.

MAINARDES, Jeferson. Reflexões sobre o objeto de estudo da política educacional.

Laplage em Revista, Sorocaba, v.4, n. 1, jan./abr. 2018, p. 186–201. Disponível em:

<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6275809.pdf>. Acesso em: 6 maio 2023, às 18h.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

PELEGRINI, Tatiane; SÁ, Carla; FRANÇA, Marco T. A. **Fatores associados a mobilidade de estudantes universitários no Brasil: uma análise por meio de modelo gravitacional**. In:

ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E

URBANOS, 18., 2020, Salvador, BA. Disponível em: https://brsa.org.br/wp-content/uploads/wpcf7-submissions/1636/Identificado_Fatores-associados-a-mobilidade-de-estudantes-universt%C3%A1rios-no-Brasil.pdf. Acesso em: 07 ago. 2023, às 19h.

SANTOS, Adáires Eliane Dantas; LIRA, Terçália Suassuna Vaz. Crise, recrudescimento do neoliberalismo e seus reflexos no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Revista O Social em Questão, PUC Rio de Janeiro, v. 1, n. 55, p. 261–286, 2023. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5522/552273594012/html/>. Acesso em: 01 ago. 2023, às 11h.

SILVA, Natalino Neves; SANTOS, Adilson Pereira; REIS, Jane Maria dos Santos. Assistência estudantil e ações afirmativas: um estudo das condições materiais e

simbólicas. **Rev. Educ. Soc.**, Campinas, v. 42, p. 1–19, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/rjes/a/dmDJKXcngXtVZFHYBVvLBmv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 29 nov. 2023, às 9h.

VARGAS, Michely de Lima Ferreira. **Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho**: um estudo com egressos da UFMG. 2008. 205 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2008.

VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabino. **Política Educacional no Brasil**: introdução histórica. Brasília: Plano Editora, 2003.

Submetido em: 4/3/2024

Revisto em: 2/9/2024

Aceito em: 19/9/2024